



As etnogêneses, os índios do Nordeste e a territorialidade dos povos Jê dos Sertões do Leste: o caso Pataxó do Extremo Sul da Bahia¹

Tamires Santos Pereira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

(UERJ)

tamiresspereira@gmail.com

DOI: 10.22481/odeere.v3i5.4142

Resumo: No texto ora apresentado, procuramos para além da discussão sobre o território e a territorialidade Pataxó, desenvolver uma contextualização breve sobre os povos Jê dos Sertões e como estes grupos foram categorizados ao longo da história, um esforço que contribui para entendermos a dinâmica da conquista da região aqui estudada e de como os grupos indígenas, dentre eles os Pataxó, foram ao longo da história da colonização sendo representados, categorizados e submetidos à situação de territorialização, ao ponto de se organizarem e constituírem como etnia tal qual estudamos na atualidade, e, do mesmo modo, as mudanças ocorridas em seu território, os impactos da expansão das fronteiras, das Unidades de Conservação e do desenvolvimento das cidades ao longo do século XX e especialmente na segunda metade deste.

Palavras-chave: Etnogênese, Territorialidade, Sertões do Leste, Pataxó.

Abstract: In the text presented here, we look

¹Trata-se de uma síntese da dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS/UESB) e intitulada “O(a)s Pataxó Meridionais e o Território Tradicional do Monte Pascoal no Extremo Sul da Bahia: Patrimônio, Cultura e Memórias CorpOrais”. Nesta pesquisa cujo foco principal foi o estudo do Território Pataxó na Bahia, especialmente o Monte Pascoal e seu entorno, discutimos elementos da memória e da paisagem, bem como da territorialidade característica desta etnia que se desdobra de outros grupos do tronco linguístico Macro-Jê, ao qual estão ligadas diversas etnias que habitavam/habitam a região conhecida pela historiografia e antropologia indígena como Sertões do Leste. A pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

beyond the discussion about Pataxó territory and territoriality, to develop a brief contextualization about the Jê dos Sertões peoples and how these groups were categorized throughout history, an effort that helps to understand the dynamics of the conquest of the the region studied here and how the indigenous groups, including the Pataxó, were throughout the history of colonization being represented, categorized and submitted to the situation of

territorialization, to the point of being organized and constituted as an ethnicity as we study today, as well as the changes in its territory, the impacts of the expansion of borders, Conservation Units and the development of cities throughout the 20th century and especially in the latter half of the latter.

Keywords: Ethnogenesis, Territoriality, Sertões do Leste, Pataxó.

Tupis, Tapuias e Botocudos: uma breve contextualização sobre os “selvagens” dos Sertões do Leste

Uma das primeiras obras a descrever os nativos dos sertões, conhecidos como Tapuia, foi a de Pero de Magalhães Gândavo², o seu *Tratado da terra do Brasil*, escrito no final do século XVI que constrói uma imagem terrível desses primeiros habitantes, segundo ele, seriam desumanos e cruéis, vivendo como animais, sem ordem e nem sociedade, este talvez seja o primeiro texto que faz referência aos índios do sertão de forma tão apurada nas descrições, embora carregado de estereótipos e de juízos negativos, considerando o contexto da época e a visão da não humanidade sobre tais povos.

Durante a conquista da América³, Todorov chama atenção para postura de Colombo em relação aos índios como alguém que os descreve como parte da natureza. O detalhe maior que chama a atenção do viajante conquistador é a falta, falta dos signos civilizatórios do ocidente europeu. Desse modo, podemos dizer que a questão do outro foi então tratada na América pela falta e não pelas diferenças entre os grupos. De modo semelhante na América portuguesa os povos nativos foram para esses outros, os europeus, sociedades em falta, em falta de Deus, de pudor, de cultura, em falta de lei etc. Com efeito, caberia ao “homem civilizado” suprir-lhes todas estas faltas. Os conflitos gerados entre o ser ou não ser civilizado, ter ou não ter os elementos socioculturais do colonizador, abriram uma lacuna que o imaginário preencheu.

As principais fontes de interpretação e conhecimento disponíveis sobre os povos indígenas

² http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/tratado.pdf

³ TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

são os relatos dos cronistas e naturalistas que realizaram expedições entre os séculos XVI e XIX⁴. Desde os primeiros textos do século XVI os nativos dos sertões são descritos sob os etnônimos de Aimoré, Tapuias e Botocudos, termos usados genericamente para nomear uma gama de povos distintos, que são parte do tronco linguístico Macro-Jê que ainda hoje habitam o chamado “Sertões do Leste”, região entre Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo.

É preciso reconhecer a importância destas fontes, mas sempre com o olhar crítico que permita perceber que as descrições geográficas e culturais elaboradas por estes viajantes possuem inúmeras limitações, eles frequentemente se equivocavam na identificação das populações, e compreendiam muito pouco como os nativos se rearticulavam para fazer frente ao projeto colonial português. Tais relatos fizeram circular imagens profundamente ambíguas e negativas dos povos indígenas. Essas representações dos índios no período colonial e posteriormente no império derivavam de visões de mundo que davam um sentido humanitário e religioso ao empreendimento colonial.

A natureza física e o comportamento diferenciado, pautado pelos valores culturais diversificados de cada grupo (europeus e indígenas), ofereceram os componentes concretos que construíram as imagens sobre os povos nativos, ligados, sobretudo aos estereótipos negativos e generalizações já mencionadas. Nesse processo de criação do estereótipo, o ser bestial, de pouco saber e esquivo, reproduziu a ideia que o europeu projetou sobre o outro, que ele desconhecia: um ser inferior por ser despossuído da razão e do saber que a Europa advogava para si⁵. O ato de estereotipar é, por definição, redutor e, como tal, sempre marca a ausência de alguma propriedade presumidamente desejável, entendemos então que a estereotipação foi uma arma de poder discursivo a qual se recorre ainda hoje para exercer um poder de julgamento sobre diferentes grupos, entre eles os povos indígenas.

Não apenas na colônia, mas também em Portugal predominaram visões negativas sobre os povos indígenas e o entusiasmo pelo *bom selvagem* só encontrou uma expressão mais forte na literatura romântica do século XIX. Nos séculos anteriores predominaram juízos ultranegativos sobre os índios⁶. A produção do estereótipo a partir da “ausência” tornou-se uma das justificativas do colonizador para imputar ao outro, o indígena, uma imagem reducionista. Onde inserir e como explicar a existência de seres humanos que desconhecem as regras sociais, as línguas e sistemas

⁴ Os Sertões do Leste e os grupos indígenas que ali habitavam são descritos por viajantes como; Wied-Neuwied, Spix e Martius, Feldner, Saint-Hilaire, Moniz Barreto, Pohl, Seider.

⁵ SOUZA, Elizabeth Salgado de. *A História Salgada: Imagem de índio. Palavra de europeu*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas, UNB. Brasília, 1995.

⁶ LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Entre Árvores e Esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

mercantis, enfim, os valores de um modelo europeu de sociedade? Como classificar e definir as atitudes e os sistemas de convivência desses novos homens e mulheres, cuja língua é incompreensível, a escrita inexistente e a vida não regulada pela fé, pelas leis e nem pelos reis?⁷

Após os primeiros contatos entre os colonizadores e os povos nativos, os europeus começaram a estabelecer relações de trocas principalmente com os Tupi, generalização referente ao tronco linguístico do mesmo nome ao qual pertenciam vários grupos que dominavam a costa no período da ocupação portuguesa. Sobre estes grupos, as primeiras imagens produzidas são de certa forma positivas, inicialmente foram concebidos como inocentes, puros, com corpos bonitos e muito hospitaleiros. Mas ainda nas primeiras décadas de colonização estas imagens se alteraram e as relações passaram a ser determinadas a partir de duas classificações, a do índio bom e inocente e a do índio bárbaro e selvagem⁸.

A primeira, a dos índios bons, domesticados e mansos, uma terminologia que não deixa dúvida sobre a ideia de animalidade dos nativos, entre eles estão os Tupi e os Guarani, segundo a autora alguns grupos já foram dados como extintos ou supostamente assimilados, figurando por excelência na autoimagem que o Brasil fez de si mesmo. É o índio que aparece como emblema da nova nação em todos os monumentos, alegorias e caricaturas. É o caboclo nacionalista da Bahia, é o índio do romantismo na literatura e na pintura. É o índio bom e, convenientemente, é o índio morto⁹.

A segunda categoria é definida como o genericamente “Botocudo”. Este é o índio vivo, aquele contra quem se deve guerrear. Nas primeiras décadas do século XIX, sua reputação é de indomável ferocidade, coincidência ou não, os Botocudos são Tapuia, os inimigos temíveis dos Tupi na história do início da colônia. Os Tapuia são principalmente os povos de língua Jê e também outros povos não falantes da língua Tupi. O que os Tupi-Guarani são para a nacionalidade, os Botocudos são para a ciência¹⁰.

A produção desses estereótipos e classificações sobre os nativos pode ser notada em diferentes momentos da ação colonial, a forma como os indígenas foram vistos, dependeu em grande parte dos interesses e do lugar que ocupariam no projeto colonizador,

⁷ GIUCCI, Guilherme. *Sem fé, lei ou rei: Brasil 1500-1532* – Tradução de Carlos Nougué. – Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

⁸ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *De como obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII*. Revista de História, São Paulo: USP, No 123-132, 1994.

⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Introdução a uma história indígena*. In; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). “História dos índios no Brasil”. 2 ed.. São Paulo: Cia das letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.136.

¹⁰ Referindo-se ao interesse dos naturalistas viajantes pelos “exóticos” Botocudos, alguns viajantes levaram para Europa e Estados Unidos, crânios de índios Botocudos para estudá-los a fim de compará-los aos crânios de primatas, ver Manuela Carneiro da Cunha, História dos Índios no Brasil, 1992, p.136.

[...] o índio podia ser visto como *participante* na construção da sociedade e do sistema produtivo nas áreas em que as relações de alianças predominavam; como *trabalhador*, nas regiões em que se processava a implantação de atividades produtivas voltadas para exportação, o que pressupunha relações de dominação mais eficientes no tocante à exploração do trabalho indígena; como *povoador* nas áreas de fronteira e como *pagão*, elemento constitutivo da natureza, quando vistos pela ética dos missionários.¹¹

Em síntese, aos índios bons, mansos e domesticados foi permitida uma entrada – de serviço – no curso da História e do projeto colonizador, e aos selvagens foram dadas as “guerras justas”, o extermínio de muitas populações e a escravidão. Encobertos pelos etnônimos Aimoré, Tapuia e Botocudos, ficaram esses povos conhecidos por todo período colonial, e posteriormente no império, como os bárbaros selvagens que em sua maioria opuseram-se ao projeto colonizador, resistindo praticamente íntegros em seus territórios até o início do século XIX.

Tais generalizações acerca das populações nativas e o uso que se fez destas classificações, nos remete aos estudos desenvolvidos por Durkheim e Mauss em texto publicado sobre as classificações das populações denominadas primitivas¹², não há aqui uma análise específica da estrutura dos grupos étnicos do tronco Macro-Jê, mas interessa pensar sobre como a sociedade gera tais classificações e como a partir delas cria modelos de organização de sistemas que se contrapõem aos sistemas próprios das comunidades indígenas, outro fator importante na leitura deste texto foi a tentativa de entender as diferenças apontadas pelos autores entre o que seria uma comunidade civilizada e uma comunidade primitiva. Durkheim muito embora postule a generalidade dos fatos sociais, ainda mantém resguardadas tais diferenças, apontando que para os primitivos existe uma predominância maior do elemento afetivo.

As distinções entre os que se consideravam civilizados e os que foram considerados “primitivos” podem ser observadas já nos primeiros contatos, descritos nas relações de troca entre os portugueses e os povos Tupi. Entre os interesses das pesquisas mais atuais sobre o tema está o avanço nas análises que tomam tais categorias “índios mansos” e “índios selvagens” de uma maneira quase estática, apontando a partir das leituras das fontes que os nativos considerados selvagens não foram apenas subjugados pelo projeto colonizador, mas que agiram e reagiram diante dele, destacando ainda que as duas categorias não podem ser colocadas exclusivamente como antagônicas e sem contato, a própria natureza de perambulação indica que as inúmeras

¹¹ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *De como obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII*. Revista de História, São Paulo: USP, No 123-132, 1994, p.181.

¹² DURKHEIM, Émile e MAUSS, Marcel - *De quelques formes primitives de classification*, in Mauss, Marcel, *Essais de Sociologie*, Paris: Éditions de Minuit, 1969, p.162-230.

possibilidades de contato entre as diferentes etnias que habitavam os Sertões do Leste.

Etnogêneses, Territorialização e Territorialidade dos Pataxó do Extremo Sul da Bahia

Os grupos do tronco Jê se desdobraram em diversas outras etnias, na atualidade muitas delas compõe o que chamamos de índios do Nordeste, região onde o aumento da população e visibilidade política conquistada por esses grupos nas últimas décadas, faz com que processos como a etnogênese pelos quais ele(a)s passaram e ainda passam se tornem objeto de reflexão, propomos neste texto então uma descrição do que seriam estes processos, mobilizando o conceito elaborado por Miguel Bartolomé em consonância com a discussão de territorialização proposta por João Pacheco de Oliveira, ao passo que pretendemos dar conta de compreender a dinâmica da territorialidade dos grupos indígenas pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, especialmente os Pataxó da região Extremo Sul da Bahia, nosso *locus* de pesquisa. Entendendo desta forma que os povos nativos sempre estiveram presentes, em toda região denominada Sertões do Leste¹³, mas não como fosseis, e sim como sociedades com sujeito(a)s dotado(a)s de dinâmicas próprias que transcendem as percepções estáticas do(a)s que acreditam nos “índios de verdade” e em sua pureza étnica.

No estado da Bahia o(a)s Pataxó encontram-se atualmente distribuído(a)s em 6 terras indígenas¹⁴ localizadas na região do extremo sul do Estado, nos municípios de Prado, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, são elas: Barra Velha, Coroa Vermelha, Mata Medonha, Imbiriba, Aldeia Velha e Comexatibá (Kaí-pequi) que ocupam aproximadamente 75 mil hectares da área dos municípios, que somam 5.434.264 km quadrados.

¹³ A historiografia indígena aponta como Leste Indígena, toda região que compreende o Leste de Minas Gerais, Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo. PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Os Botocudos e sua trajetória histórica*. In; Manuela Carneiro da (org.). “História dos índios no Brasil”. 2 ed.. São Paulo: Cia das letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992. _____ . *De como obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII*. Revista de História, São Paulo: USP, No 123-132, 1994. _____ . *De Rio Grande de Belmonte a Jequitinhonha: a conquista dos territórios indígenas e a construção de um caminho para o comércio entre Bahia e Minas Gerais*. In: NEVES, Erivaldo Fagundes. (Org.). Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. 1ed.Salvador: Arcádia, 2011, v. 1, p. 119-164. DANTAS, Beatriz G., SAMPAIO, José Augusto L., CARVALHO, Maria do Rosário G. de. *Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico*. In; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). “História dos índios no Brasil”. 2 ed.. São Paulo: Cia das letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992. CUNHA, Manuela Carneiro da. *Introdução a uma história indígena*. In; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). “História dos índios no Brasil”. 2 ed.. São Paulo: Cia das letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992. O Vale do rio Mucuri é, portanto uma região que compõe o Leste Indígena, ou sertões do Leste.

¹⁴ “Terras indígenas” é uma categoria jurídica que originalmente foi estabelecida pelo Estado brasileiro para lidar com povos indígenas dentro do marco da tutela. De todos os povos tradicionais, os povos indígenas foram os primeiros a obter o reconhecimento de suas diferenças étnicas e territoriais, mesmo que tal reconhecimento tenha sido efetivado por meio de processos que, em muitos casos, prejudicaram seus direitos. LITTLE, Paul E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropológica, Brasília, 2002.

A presença Pataxó na região foi registrada pelo príncipe Maximilian que no século XIX o(a)s descreveu como semelhantes aos Puris e aos Machacarís, com a diferença de serem um pouco mais altos, usavam os cabelos naturalmente soltos, apenas cortados no pescoço e na testa¹⁵. Diz ainda que

[...] os Patachós são, entre todas [as tribos], os mais desconfiados e reservados; o olhar é sempre feio e carrancudo, sendo muito raro permitirem que os filhos se criem entre os brancos [...]. Vagueiam pelas matas, e as suas hordas surgem, alternadamente, no Alcobaça, no Prado, em Comechatiba, Trancoso, etc. Chegando a qualquer lugar, os moradores lhes dão algo para comer, trocando com eles miudezas por cera e outros produtos da mata.¹⁶

Um dos muitos cantos, também chamados de chulas, entoados pelo(a)s Pataxó nas rodas de Awê, um dos rituais de dança em forma de círculo, marcam esse hábito andante do grupo, nele o(a)s Pataxó cantam *“eu moro na mata, mas ando pela chapada, eu moro na mata, mas ando pela chapada, ô rameia cabôco... na chapada, ô rameia cabôco... na chapada!”*. Trata-se, portanto de um traço característico da territorialidade Pataxó, as famílias que habitam o interior, deslocam-se periodicamente até a Costa, na foz dos rios, e observa-se também o processo inverso, onde as famílias que habitam a Costa se deslocam e também mantêm seus lugares junto aos parentes no interior, na mata. Esses lugares são conectados por trilhas e caminhos que provavelmente resultaram nas atuais estradas da região.

A região Extremo Sul da Bahia, é a área que foi parte da antiga capitania de Porto Seguro, onde as relações entre os sujeitos e os interesses políticos e econômicos tinham abrangência mesorregional envolvendo o território situado entre os atuais Estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo¹⁷. Atualmente apresenta um grande potencial turístico, ao lado de terras ocupadas por grandes extensões de eucaliptos, e de outras monoculturas como a cana-de-açúcar, mamão, e grandes pastagens da pecuária extensiva. Além disso, a especulação imobiliária tem provocado disputas entre os trabalhadores rurais, assentados da reforma agrária, pescadores, pequenos comerciantes e quilombolas.¹⁸ Todos estes empreendimentos vêm de algum modo afetando os modos de vida e a permanência do(a)s Pataxó em seu Território Tradicional¹⁹.

¹⁵ WEID-NEUWEID, Maximiliano, príncipe de. *Viagem ao Brasil, nos anos de 1815 a 1817*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989, p.214-215.

¹⁶ Idem, p. 216.

¹⁷ Suas fronteiras geográficas se entendiam ao Sul até rio São Mateus ou Cricaré, na Capitania do Espírito Santo, e, a Oeste, até a foz do rio Doce pertencente à antiga Capitania de Minas Gerais.

¹⁸ Relatório do Projeto de Pesquisa Intercultural e Interinstitucional para o Desenvolvimento e Sistematização do conhecimento agroecológico com as Populações Tradicionais dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri nos estados de Minas Gerais e Bahia.

¹⁹ BATISTA, Maria Geovanda. *Nos rizomas da alegria vamos todos Hãmiyá: as múltiplas relações entre o corpo e o território no imaginário sociocultural Pataxó*. Dissertação (Mestrado). UQAC/UNEB, Chicoutimi/Salvador, 2004.

visava em conjunto com a criação de vilas, amansar os índios e introduzi-los na convivência com os não índios, em seguida foram as chamadas “guerras justas”, com o intuito de fazer desenvolver a região e integrá-la ao que se pretendia chamar de nação, sobretudo no século XIX com a vinda da família real portuguesa, que implementou uma orientação política²⁴ caracterizada pelo cunho militarista nos territórios dos Botocudos²⁵.

Somada as guerras justas, houve uma tentativa intensa de desarticulação das sociedades indígenas e a espoliação de seus territórios com a construção de quartéis e destacamentos entre 1800 e 1814, o que fez com que os índios passassem a viver em aldeamentos como forma de garantir sua sobrevivência.²⁶ O(a)s Pataxó que habitam o extremo sul da Bahia, ou os Pataxó Meridionais, resistiram a todo impacto causado pelo contato com os não índios durante estas frentes de colonização.

Os estudos antropológicos das últimas décadas têm recorrido ao conceito de etnogênese para descrever o desenvolvimento dos grupos humanos denominados grupos étnicos, que se percebem diferentes de outros em relação ao seu patrimônio linguístico, social ou cultural que consideram ou é considerado exclusivo, “o conceito foi cunhado para dar conta do processo histórico de configuração de coletividades étnicas como resultado de migrações, invasões, conquistas, fissões ou fusões”²⁷.

Qualifica-se de etnogênese o ressurgimento de grupos étnicos considerados extintos, totalmente “miscigenados” ou “definitivamente aculturados”, que reapareceram no cenário social demandando reconhecimento e lutando pela obtenção de seus direitos. Refere-se principalmente ao dinamismo inerente aos agrupamentos étnicos, cujas lógicas sociais revelam uma plasticidade e uma capacidade adaptativa que nem sempre foram reconhecidas pela análise antropológica²⁸.

Entendendo que é a etnogênese é um processo histórico, é possível então concluir que todas as culturas humanas resultam de processos de hibridação, já que a própria noção de cultura deve ser considerada um sistema dinâmico, cuja existência se deve tanto à criação interna quanto à relação externa. Em síntese, a etnogênese é parte constitutiva do próprio processo da

²⁴ Essa política se manifestou na construção de quartéis, destacamentos, ordenados em circunscrições e divisões militares espalhadas nos rios Doce, Jequitinhonha, Mucuri, Itanhém (Jucuruçu) e São Mateus (PARAÍSO, 1992).

²⁵ Os Botocudos ou Tapuias (como são popularmente conhecidos) são diversos povos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê. Sua denominação genérica – Botocudos – foi-lhes atribuída pelo uso dos botoques labiais e auriculares, são grupos diferentes culturalmente dos Tupi, que habitavam o litoral. Para mais informações sobre quem são os Botocudos, vide Paraíso (1992, p.423).

²⁶ Relatório Circunstanciado de Identificação e delimitação. Terra Indígena Comexatibá. Processo: 08620.015274/2014-48

²⁷ BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. *As Etnogêneses: Velhos Atores e Novos Papéis no Cenário Cultural e Político*. Maná, p.39-68, 2006, p.39.

²⁸ Idem.

humanidade e não só um dado presente, até porque desde as independências na América Latina e durante o processo de construção dos Estados nacionais de inspiração europeia, registraram-se processos de etnogênese. Sendo assim, é equívoca toda e qualquer ideia de pureza étnica ou cultural.

Este conceito é importante para pensar o contexto dos povos indígenas no Nordeste, que atualmente se configuram como um domínio específico dentro do campo da antropologia e no qual está incluída a etnia Pataxó. Por se tratar de um campo científico, podemos pensar a antropologia a partir da noção de campo proposta por Pierre Bourdieu²⁹, a partir do pressuposto de que ele se estrutura por meio de interesses conflitantes ou de disputadas entre diferentes, o que gera uma ordem hierárquica na maioria das vezes desigual, definindo assim os temas e as pesquisas dominantes no campo científico, onde a interferência e a funcionalidade do poder e da política podem ser fatores preponderantes e intrínsecos ao meio. Bourdieu ressalta ainda que, no campo científico, os temas e pesquisas se relacionam com as competências e os critérios reconhecidos na concorrência e no embate, e que cada campo tem sua especificidade.

Em meio aos embates neste campo científico vimos trabalhos sobre os povos do Nordeste que acreditavam que estes se encontravam plenamente integrados a sociedade nacional, dentre eles talvez o mais expressivo seja o do antropólogo Darcy Ribeiro que ao se referir aos povos indígenas no Nordeste, fala em resíduos de suas populações. Recordando com tristeza que os símbolos de sua origem indígena haviam sido adotados no processo de aculturação³⁰. Para Darcy Ribeiro, ainda, todos os caminhos do Nordeste já se encontravam pacificamente possuídos pela sociedade nacional, logo os ‘remanescentes’ tribais, só teriam significado como acontecimentos locais, imponderáveis³¹. Neste contexto, enquanto “remanescentes tribais” o(a)s índio(a)s do Nordeste não possuiriam mais importância enquanto objeto de ação política (indigenista), nem permitiriam visualizar perspectivas para os estudos etnológicos³².

No entanto, as sociedades indígenas são complexas e suas culturas heterogêneas e diversificadas, não são, portanto, culturas coextensivas aos diversos grupos humanos não indígenas que compõe o que chamamos de sociedade nacional, isso por si só não nos permitiria descrever e/ou analisar os acontecimentos dentro de uma cultura a partir de uma temporalidade

²⁹ BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, UNESP, 2004.

³⁰ RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

³¹ Idem.

³² PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. *Mana* [online]. 1998, vol.4, n.1, pp. 47-77, p. 50.

única e homogênea, desconsiderando os diferentes processos que passaram estas comunidades em relação.

É neste sentido que a antropologia histórica tornou-se um subsídio importante para analisar o contexto de colonização da região, discutindo entre outros aspectos como o patrimônio cultural dos povos indígenas do Nordeste, entre eles o(a)s Pataxó, foi sendo afetado em processos denominados de territorialização³³ que vem ocorrendo há mais de dois séculos, e depois submetidos a fortes pressões no sentido de uma assimilação quase compulsória, marcados por diferentes fluxos e tradições culturais³⁴.

Mas, a grande questão que envolve a demarcação de fronteiras étnicas é a relação que se estabelece com o Estado-nação enquanto instituição política, sobretudo nos direitos territoriais, a questão territorial caracteriza hoje o grande entrave à incorporação de populações etnicamente diferenciadas dentro de um Estado-nação. Isto porque da perspectiva das organizações estatais, das quais os reinos seriam a primeira modalidade conhecida, administrar é realizar a gestão do território, é dividir a sua população em unidades geográficas menores e hierarquicamente relacionadas, definindo limites e demarcando fronteiras político-administrativas³⁵.

Acontece que a gestão de um território nacional deve incluir o reconhecimento de seus muitos outros territórios e categorias fundiárias específicas, quando não são respeitadas ou reconhecidas estas especificidades, o jogo de interesses econômico e político se sobrepõem a elas, o que tem gerado grandes conflitos. A gestão de áreas ambientais tem sido um grande entrave a esse reconhecimento, não apenas no que cabe ao ativismo preservacionista, mas também o que envolve a noção de cultura e de patrimônio no âmbito internacional, que vem interferindo nos modos de viver e mesmo de revitalização das culturas locais na região da Costa do Descobrimento.

Diante disso, é interessante observar a renovação da teoria de territorialidade na antropologia, que tem como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos, o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico,

³³ *Idem.* Pacheco de Oliveira (1998) conceitua territorialização, como movimento pelo qual um objeto político-administrativo, no Brasil, as comunidades indígenas vêm a se transformar em uma coletividade, formulando uma identidade própria, e instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, reestruturando assim suas formas culturais. É a partir dos processos de territorialização que o autor conduz suas reflexões sobre os povos indígenas no Nordeste e suas demarcações de fronteiras, não apenas territoriais em seu movimento de reorganização, mas marcando, sobretudo suas diferenças étnicas, onde as misturas e a articulação com o mercado são fatores constitutivos dessas situações de contato.

³⁴ BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. 1ed. EDUSP, São Paulo, 1998.

³⁵ BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 5ª ed. Campinas, Papirus, 1996.

convertendo-a assim em seu território³⁶. Nesse sentido, para analisar o território de qualquer grupo, faz-se necessário uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado, pois “o fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos”³⁷.

Outro aspecto fundamental da territorialidade humana é a sua multiplicidade de expressões, que produzem diversos tipos de territórios com suas particularidades socioculturais. No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu território, é interessante pensar também o conceito de cosmografia, definido como saberes ambientais, ideologias e identidades, coletivamente criados e historicamente situados, que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território³⁸. A cosmografia de um grupo inclui entre outros aspectos os vínculos afetivos que mantem com seu território específico, a história de sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

No Brasil, a imensa diversidade sociocultural é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária. As múltiplas sociedades indígenas, cada uma delas com formas próprias de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos, formam um dos núcleos mais importantes dessa diversidade, enquanto as centenas de remanescentes das comunidades quilombolas, espalhadas por todo território nacional, formam outro. Além de indígenas e quilombolas, ainda existem diversas formas fundiárias mantidas pelas comunidades de açorianos, babaçueiros, caboclos, caiçairas, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praiheiros, sertanejos e varjeiros³⁹.

A terra nem sempre foi um dado histórico importante para os pesquisadores, como se ela fosse despovoada e sempre houvesse estado lá, a espera de empreendimentos mercantilistas. É preciso devolver à ela o tipo de imprevisibilidade criativa convencionalmente reservada aos atores humanos⁴⁰, por isso ao tratar dos território Pataxó, apontamos a paisagem e a territorialidade como conceitos e categorias importantes para compreendê-lo, entendendo que são elementos que criaram e registraram histórias e possuem inscritas muitas memórias.

³⁶LITTLE, Paul E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropológica, Brasília, 2002.

³⁷ Idem, p.3.

³⁸ Ibidem.

³⁹DIEGUES, Carlos e ARRUDA, Rinaldo S.V. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2001.

⁴⁰LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Entre Árvores e Esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

Podemos então pensar que as relações estabelecidas entre as classes dominantes e as etnias indígenas foram e ainda são de tipo colonial, um processo que está diretamente ligado à questão da terra. Uma vez que o colonialismo não se manifestou apenas sob a forma por ele assumida na América portuguesa, ou castelhana. Pelo contrário, diante da rápida multiplicação das mercadorias e dos meios de troca, as metrópoles europeias acabaram assegurando sua hegemonia por meios os mais diferentes. “Todos eles, porém, com um mesmo conteúdo, buscando um mesmo objetivo: a subjugação das regiões economicamente interessantes”⁴¹.

Nesta perspectiva a política indigenista, e também a questão indígena no Brasil deixaram de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar um problema de terras. Nas regiões de povoamento antigo, tratou-se mesquinamente de se apoderar das terras dos aldeamentos. Nas frentes de expansão ou nas rotas fluviais a serem estabelecidas, fez-se largo uso, quando se consegue, do trabalho indígena, “mas são sem dúvida os motores do processo tanto a conquista territorial quanto a segurança dos caminhos e dos colonos”⁴².

Neste sentido, é preciso considerar a importância de se compreender a ideologia territorial que sustenta estas disputas, uma concepção que surgiu nas Américas no século XIX como entidade política denominada de Estado-nação⁴³. Como uma nova forma de reagrupamento social e geográfico, o Estado-nação se converteu numa forma hegemônica de controle territorial de modo que o conceito de territorialidade está diretamente vinculado as suas práticas territoriais, essas práticas tendem a ocultar outros tipos de territórios, como o território indígena que tratamos aqui.

Tal hegemonia no pensamento territorial, introduzida pelas particularidades das formas de territorialidade do Estado-nação fundamenta-se, sobretudo, em seu estabelecimento e expansão como instituição política. Dito de outro modo, sua ideologia territorial está vinculada ao fenômeno do nacionalismo, que reivindica um espaço geográfico para uso exclusivo dos “membros” de sua comunidade nacional⁴⁴. Outro aspecto é que esta ideologia está fundamentada no conceito legal de soberania, que postula a exclusividade do controle de seu território nas mãos do Estado.

Sendo assim, a existência de outros territórios dentro de um Estado-nação, sejam eles autoproclamadas “nações” ou “nacionalidades”, ou territórios sociais como os indígenas,

⁴¹ Idem, p.58.

⁴² CUNHA, Manuela Carneiro da. *Introdução a uma história indígena*. In; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). “História dos índios no Brasil”. 2 ed.. São Paulo: Cia das letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.133.

⁴³ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a propagação do nacionalismo*. Lisboa, Edições 70, 2005.

⁴⁴ GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

representam um desafio para a ideologia territorial do Estado, principalmente no que diz respeito a sua noção de soberania.

Este ponto de vista representa uma das razões pela qual o Estado brasileiro teve e tem dificuldade em reconhecer os territórios sociais dos povos tradicionais como parte da sua problemática fundiária. Ao mesmo tempo, a hegemonia territorial do Estado-nação requer que os outros territórios que existem no seu seio sejam tratados na sua relação com este⁴⁵.

As tentativas de exploração do território dos povos Macro-Jê, dentre eles o(a)s Pataxó, têm ocorrido desde o período colonial⁴⁶, contudo é a partir do século XX, durante a segunda República, que podemos visualizar com clareza a intensificação desses processos a partir de projetos de cunho nacionalistas, sobretudo, no governo Getúlio Vargas, em torno do desenvolvimento regional, empreendidos com rigor e violência contra a população nativa que ainda resistia no litoral e interior da Mata Atlântica.

A resistência ativa às invasões representa, sem dúvida, uma das respostas mais comuns na história da expansão de fronteiras. Quinhentos anos de guerras, confrontos, extinções, migrações forçadas e reagrupamento étnico envolvendo centenas de povos indígenas e múltiplas forças invasoras de portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e, nos últimos dois séculos, brasileiros, dão testemunho da resistência ativa dos povos indígenas para manutenção do controle sobre suas áreas⁴⁷.

A partir de 1930 no Brasil, uma série de movimentos migratórios acompanhados por investimentos em infraestrutura, modificou de forma contundente as relações fundiárias existentes no país. Movimentos que se espalharam por todo o território nacional e atingiram, de uma ou outra forma, os diversos povos tradicionais. É nesse período também que os estudos sobre a construção da ideia de nação no Brasil têm maior ênfase, justamente pela construção e difusão de uma identidade nacional (BOTELHO, 2005). Foi nas primeiras décadas do século XX que o Brasil viveu um nítido processo de organização do que seria sua sociedade industrial e capitalista, isto implicou no esforço dos poderes centrais para construir o “ser” brasileiro

⁴⁵LITTLE, Paul E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropológica, Brasília, 2002, p.6.

⁴⁶O Vale do rio Mucuri, só veio a ser explorado e efetivamente conquistado em meados do século XIX, como esta descrito nos relatórios de Teófilo Otoni, organizados pela historiadora Regina Horta Duarte (2002). Nestes relatórios, Teófilo Otoni dá “Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri” e descreve como empreende sua conquista pelo vale do Mucuri, domando a natureza e matando aldeias, a fim de lotear as terras ocupadas por diversos grupos indígenas para colonos europeus que trariam progresso e civilização à região.

⁴⁷LITTLE, Paul E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropológica, Brasília, 2002, p.5.

moderno, transformando a construção da modernidade no Brasil em projeto nacional. Para o historiador Eric Hobsbawm, as nações, são:

[...] fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas.⁴⁸

Neste sentido, não é possível reduzir a “nacionalidade” a uma única dimensão, seja ela política, cultural ou qualquer outra. As culturas nacionais não devem ser pensadas como sistemas unificados, mas como sistemas constituídos por divisões profundas calcadas em diferenças, sejam elas, étnicas, sociais ou culturais⁴⁹. Em síntese é possível concluir que no Brasil, similarmente ao registrado em outros contextos históricos, o nacionalismo que se buscava promover obliterou as culturas preexistentes, como fez com a cultura Pataxó. E, neste sentido também as memórias destes grupos étnicos foram sendo apagadas das histórias ditas nacionais, uma vez que no centro das ideias nacionalistas encontram-se principalmente os esquecimentos que compõe esta nação em formação.⁵⁰

Unidades de Conservação e os Territórios Indígenas Pataxó

No fim dos anos 1990 foi criado por decreto federal no dia 20 de abril de 1999⁵¹ o Parque Nacional do Descobrimento (figura 5), no Município de Prado, no Extremo Sul da Bahia. A área demarcada inicialmente foi de 21.129 hectares, sendo ampliada em 2012⁵² para 22.693 hectares e 97 ares. Em 19 de julho de 2000 foi a vez do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, ser criado pela Lei 9.985 com o objetivo de definir e regular as UCs brasileiras. O SNUC separa as UCs em dois grupos: as de proteção integral e as de uso sustentável. As de proteção

⁴⁸ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p.20.

⁴⁹ BARBOSA, Márcia Fagundes. *Nação, um discurso simbólico da modernidade*. Critica Cultural (Critic), Palhoça, SC, v. 6, n.1, p.203-216, jan./jun. 2011.

⁵⁰ Uma reflexão inspirada na obra de Ernest Renan (1997), de que o esquecimento é um fator central para sua criação, uma vez que é essencial que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e que também tenham esquecido muitas outras coisas. Entre as questões centrais já citadas, buscamos refletir sobre o lugar dos indígenas nesta construção, quais as imagens de índio foram eleitas para compor a identidade nacional, e quais povos foram subjugados nesse processo de reconhecimento ou composição de uma imagem do nacional. RENAN, Ernest. *O que é uma Nação?*. Revista Plural, Sociologia USP, S.Paulo 4, 154-175, 1997.

⁵¹ BRASÍLIA, Decreto de 20 de abril de 1999. Cria o Parque Nacional do Descobrimento, no Município de Prado, no Estado da Bahia.

⁵² BRASÍLIA, Decreto de 05 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação e a ampliação do Parque Nacional do Descobrimento.

integral, como é o caso do PND, têm como objetivo básico preservar a natureza, livrando-a, quando possível da interferência humana.

Na análise sobre os territórios indígenas no Brasil é preciso considerar um fator que no século XX principalmente na segunda metade modificou de forma considerável a dinâmica territorial no país. Trata-se do crescimento e consolidação do movimento ambientalista, movimento este que é composto por várias vertentes muitas vezes contraditórias entre si. Duas delas são fundamentais para a discussão dos territórios indígenas, o preservacionismo e o socioambientalismo⁵³, cada uma produz impactos diferenciados e interação de formas distintas com os povos tradicionais.

O preservacionismo surgiu no século XIX paralelamente nos Estados Unidos e Grã Bretanha, mas foi nos EUA que a noção de preservação da *wilderness*, natureza em estado selvagem, conseguiu se estabelecer de forma mais significativa.

O estabelecimento de áreas protegidas a partir de 1864 na Califórnia (Yosemite Valley e Mariposa Grove), seguido pela criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872, na Cordilheira dos Grand Tetons, deu a essa vertente do ambientalismo uma clara dimensão territorial, na qual o valor da apreciação da natureza no seu estado “intocado” foi consagrado. No século e meio seguinte, a modalidade de áreas protegidas se expandiu por todas partes do mundo, sendo que o primeiro Parque Nacional no Brasil – Itatiaia – foi estabelecido em 1937.⁵⁴

A demarcação de Parques Nacionais passa pela concepção de preservacionismo territorializante devido à centralização do controle total sobre extensas áreas geográficas na atuação de seus militantes. Muitos trabalhos nas ciências sociais vêm chamando a atenção para esses territórios, e ao contrário de áreas “naturais”, como preconiza a visão preservacionista, as áreas protegidas nada mais são que construções humanas. Em primeiro lugar, porque a grande maioria delas já foi habitada por diferentes grupos humanos, e são ou estão sendo habitadas e reivindicadas por comunidades tradicionais que mantem com estes espaços uma relação afetiva que reproduzem em seus modos de vida. Além disso, elas são criadas pelo Estado mediante decretos e leis, conformando parte das terras da União, tornando-se terras públicas. Ademais, a criação dessas áreas inclui sofisticadas pesquisas científicas envolvendo um grande leque de especialistas, mostrando o alto grau de conhecimento humano implicado nelas. Depois, elas estabelecem planos de manejo que especificam com minuciosos detalhes as atividades permitidas

⁵³ Na região Extremo Sul da Bahia, além das Unidades de Conservação Integral existem as Reservas Extrativistas Marinhas do Corumbau, que compreende a área entre Prado e Corumbau e Cassurubá em Caravelas, ambas são Reservas Extrativistas Marinhas de uso sustentável.

⁵⁴ LITTLE, Paul E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropológica, Brasília, 2002, p.20.

e proscritas dentro destes territórios. Em suma, as áreas protegidas representam uma vertente desenvolvimentista baseada nas noções de controle e planejamento⁵⁵.

A partir da década de 1970, no Brasil, o “milagre econômico” empreendido pelo governo militar veio acompanhado de um crescimento extraordinário de novas áreas protegidas, uma frente preservacionista que produziu um grande impacto fundiário no país devido ao alto índice de sobreposição dessas Unidades de Conservação com os territórios sociais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades extrativistas. Entre 1975 e 1989, foram criados no Brasil 17 Parques Nacionais, 21 Estações Ecológicas e 22 Reservas Biológicas. Como as Unidades de Conservação Integral não permitem a presença de populações humanas, a solução inicialmente proposta pelos preservacionistas foi à expulsão dos habitantes de “seus” novos territórios, por indenização ou reassentamento compulsório, tal como se faz com as barragens e outros grandes projetos de desenvolvimento⁵⁶.

Esta vertente do movimento ambientalista categorizou as populações que já habitavam ou retomaram áreas sobrepostas pelas UCs como “populações residentes”, nomenclatura que ignorou nos processos de demarcação e tombamento das áreas, a existência prévia de regimes comuns de propriedade, relações afetivas e suas memórias sobre esses mesmos espaços. Isso fica muito claro no trecho abaixo, extraído do Plano de Manejo do PND onde diz que “as Unidades de Conservação, de um modo geral, enfrentam sérios problemas que comprometem a sua efetividade, entre eles a indefinição fundiária, a caça, as queimadas predatórias, as invasões, a presença de populações humanas”⁵⁷.

No início dos anos 2000, o Monte Pascoal foi apontado como um dos principais focos de disputa territorial envolvendo sobreposição por área de Conservação, na última década foi inserido nesta disputa o Parque do Descobrimento, o Território Kaí-Pequi, também reivindicado pelo(a)s Pataxó. Tais reivindicações desde o início colocaram os órgãos ambientais do Estado contra os povos indígenas, impedindo-os de realizarem suas atividades habituais de uso do meio biofísico para subsistência, inicialmente o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), depois o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e mais recentemente o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) tornou-se o símbolo do poder opressor do Estado, criando obstáculos para o uso tradicional dos recursos naturais dos territórios indígenas.

⁵⁵ *Idem.*

⁵⁶ *Ibidem.*

⁵⁷ Plano de Manejo – PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO. V.1, ICMBio, Brasília, 2014, p.23.

Sobre a ocupação indígena na região, o Plano de Manejo do PND divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente e ICMBio em 2014, dedica uma página para tratar do(a)s Pataxó como grupo nômade, que junto a outras etnias foram aldeados em Belo Jardim em 1861, atualmente aldeia Barra Velha. Afirmam no documento que com esse aldeamento, “os Pataxós consolidaram sua ocupação em uma área que corresponde à base do Monte Pascoal, a oeste, até o litoral, e do rio Caraíva, ao norte, até o rio Corumbau, ao Sul”⁵⁸. Citam ainda o “Fogo de 51” como momento marcante da degradação da aldeia e de dispersão de diversos grupos de índios pela região. De acordo com o documento foi a partir desse contexto que

[...] os índios, junto com ONGs, igreja e entidades de proteção aos índios se organizaram para reconhecimento e a demarcação de diversas terras indígenas, se valendo de momentos oportunos como os do festejo em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil. Nesta ocasião, assim como no ano da promulgação da Constituição Federal (1988), não havia registro da presença de indígenas na área que viria a se tornar o Parque Nacional do Descobrimento, criado em 1999. Tais aspectos são fundamentais para o entendimento da questão indígena no entorno do Parque, pois **foi esta dispersão e os movimentos de retomada das terras nascidos na década de 2000 que são responsáveis por guiar as invasões e as ocupações irregulares na unidade.**⁵⁹

Tratar as retomadas do Território Kaí-Pequi como invasões e ocupações irregulares desconsiderando todo o processo por que passaram o(a)s Pataxó, é um equívoco. Não admitir a existência de grupos indígenas na região do município do Prado à época da demarcação do PND representa uma clara disputa pela memória que se quer manter e reproduzir, isso incluiu a declaração da Costa do Descobrimento como um patrimônio da humanidade, também no momento oportuno dos festejos em comemoração aos 500 anos do descobrimento. A questão que se coloca é de que humanidade se quer recordar e que tipos de relações estabelecem com este lugar que se tornou patrimônio, e nesse jogo não só a disputa pelos territórios se tornou evidente, mas também a disputa pelas memórias que se quer preservar como patrimônio.

Com o fim da ditadura militar em 1985 e a instalação de governos civis abriram-se novos espaços para a atuação política dos povos tradicionais, que com o apoio de diferentes organizações não governamentais (ONGs) fizeram surgir nas décadas de 1970 e 1980, movimentos sociais que conquistaram a consolidação de novas categorias fundiárias. A Constituinte de 1987-8, resultado de uma década de mobilizações de diversos segmentos sociais representa um marco importante dessa conquista, pois incorporou na nova Constituição além de novos direitos, questões sociais e ambientais, incluindo o estabelecimento e formalização de distintas

⁵⁸ Idem, p.70.

⁵⁹ *Ibidem*, p.71. Grifos nossos.

modalidades territoriais como nos casos das terras indígenas e dos remanescentes de quilombos.

O contexto atual difere em alguns aspectos do século XX, na primeira metade principalmente, a mais importante diferença, talvez seja na noção de direito dos povos. Nas últimas décadas a nível internacional ocorreu um movimento preocupado em garantir que os Estados-nação reconheçam e respeitem os direitos dos povos indígenas e/ou tradicionais. Um dos instrumentos importantes nesta luta foi a Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre “Povos indígenas e tribais em países independentes” realizada em 1989. Ela dedicou especial atenção à relação dos povos indígenas e tribais com o território que ocupam ou utilizam de alguma forma, principalmente aos aspectos coletivos dessa relação, reconhecendo o direito de posse e propriedade desses povos.

O termo “povos” foi adotado pela OIT a partir de então, pois ao contrário de “populações”, povos “caracteriza segmentos nacionais com identidade e organização próprias, cosmovisão específica e relação especial com a terra que habitam”⁶⁰. Além disso, a Convenção estabeleceu no artigo II que os governantes devem ter a responsabilidade de “proteger os direitos desses povos e garantir o respeito à sua integridade”⁶¹. Contudo, a reivindicação do movimento indígena para a adoção dessa convenção só foi atendida em 2002, entrando em vigor somente em julho de 2003.

Pressionados pela expansão da pecuária e de outras atividades econômicas no fim da década de 1980, decidiram se unir em torno da reconquista do território, começaram com encontros para discutir as propostas que culminaram na “Marcha das Retomadas” realizada em 1992. Em 1993 ocorreu a primeira retomada da Aldeia Velha, em Arraial D’ajuda, mas só conseguiram se fixar no local do antigo assentamento indígena em 1998. A acumulação de todas essas experiências resultou na criação do Conselho de Caciques em 1995, que reuniu representantes Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe.

Além das já citadas acima, outras retomadas ocorreram na região no fim dos 1990 e 2000, começando com as do território das aldeias Corumbalzinho, Guaxuma, Pé do Monte e Parque Nacional de Monte Pascoal em 19 de agosto de 1999, quando o(a)s Pataxó ocuparam a guarita do Parque expulsaram a chefia do IBAMA. Na ocasião, o(a)s Pataxó produziram um documento endereçado a sociedade não índia em que diziam,

⁶⁰ Convenção nº169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT/ Organização Internacional do Trabalho. Brasília, OIT, 2011, p.8.

⁶¹ Idem, p.16.

[...] conscientes de que o Parque Nacional está dentro dos limites de nossa terra, conforme a história de nossos anciãos, decidimos imediatamente RETOMAR o nosso território, neste dia 19 de agosto de 1999, protegidos pela memória dos antepassados, protegidos pelo direito constitucional [...] pretendemos transformar o que as autoridades chamam de Parque Nacional do Monte Pascoal em Parque Indígena, terra dos Pataxó, para preservá-lo e recuperá-lo da situação que hoje o governo deixou a nossa terra, depois de anos na mão do IBDF, atual IBAMA, que nada fez a não ser reprimir os índios e desrespeitar nossos direitos. Queremos deixar claro para a sociedade brasileira, para os ambientalistas, para as demais autoridades que não somos destruidores da floresta, como tem sido proclamado [...] Vamos celebrar os 500 anos em nossa terra, receberemos os nossos parentes de todo o Brasil aqui, no Monte Pascoal, único local possível para construirmos o futuro com dignidade [...]"⁶²

Quem visita o PNMP hoje, encontra logo na entrada da área, a aldeia Pé do Monte e uma placa (figura) que demarca material e simbolicamente aquele espaço, indicando tratar-se de uma terra que pertence ao Povo Indígena Pataxó e como ele(a)s mesmo afirmam, à todo(a)s os povos indígenas do Brasil. Além da placa, a alguns metros da entrada principal (guarita) está um monumento dedicado ao povos indígenas brasileiros, nele estão inscritos os nomes de mais de duas centenas de etnias. Segundo os moradores do Pé do Monte, aquele monumento foi criado para ficar em Santa Cruz Cabrália, mas devido aos protestos nas comemorações dos 500 anos, o trouxeram para o Monte Pascoal.



Figura 2. Aldeia Pataxó Pé do Monte (Posto de apoio do Parque Nacional do Monte Pascoal), fevereiro/2015. Foto: Tamires Pereira.

⁶² CARTA do Povo Pataxó às autoridades brasileiras. Aldeia de Monte Pascoal. Porto Seguro, 19 de agosto de 1999. In: CARAVLHO, Maria do Rosário. *O MONTE PASCOAL, OS ÍNDIOS PATAXÓ E A LUTA PELO RECONHECIMENTO ÉTNICO*. Caderno CRH, Salvador, v.22, n.57, p.507-521, Set./Dez. 2009.

Não é nossa intenção nos debruçar aqui sobre a retomada do Monte Pascoal, mas vale ressaltar que além de reconquistar seu território o(a)s Pataxó também tinham o objetivo de denunciar a má gestão do Parque, a exploração dos recursos naturais que ocorriam indiscriminadamente, inicialmente se estabeleceu um regime cogestão da área mas, atualmente o processo de revisão da TI Barra Velha, destacado no mapa na cor roxa, além da autonomia da gestão do território, questiona entre outros pontos os limites sul onde se encontra com o Território Kaí-Pequi, formando um território único como pode ser observado no etnomapa (figura 3) referenciado pelo(a)s Pataxó com indicações marcadas pelos cocas, das aldeias da TI Barra Velha e TI Comexatiba. Foi solicitada ainda a inclusão da Juacema, localizada a norte de Barra Velha e considerada território sagrado.

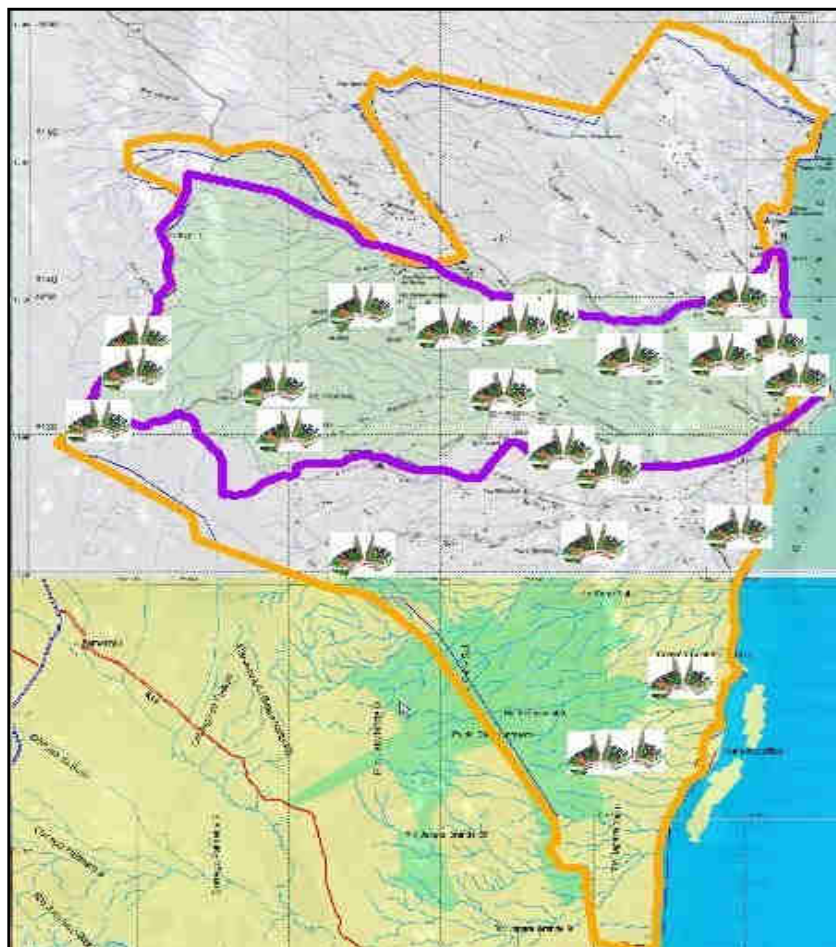


Figura 3. Mapa do Território Único Pataxó, georreferenciado nos relatórios de identificação e delimitação das TIs Barra Velha e Comexatiba.

A crescente expansão das fronteiras e o avanço sobre as terras dos antigos aldeamentos da região que hoje compreende os municípios de Prado e Porto Seguro, fizeram com o(a)s indígenas que ocupavam o litoral entre o rio das Ostras e o rio Caí, incluindo Cumuruxatiba, procurassem

refúgio nas matas onde atualmente está localizado o PND, esse fato tem dificultado a recuperação da posse plena da terra ocupada tradicionalmente pelo(a)s Pataxó.

É possível observar ainda a existência de um conflito na legislação que por um lado estabelece na Constituição Federal em seus artigos 231 e 232 o reconhecimento e garantia das terras tradicionalmente ocupadas, e mais recentemente o Decreto 6.040/07 que pretende garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica, tudo isso vai de encontro a legislação ambiental das áreas de Proteção Integral que não admitem a presença de populações humanas e o acesso aos recursos naturais.

Anterior ao PND, empreendimentos como a madeireira BRALANDA (Sociedade Anônima Brasil-Holanda Indústria) já violentavam essas pessoas, devido à extração da madeira, os grandes proprietários retiravam as famílias indígenas dos locais que habitavam, sendo obrigados a assinar a venda da posse por valores irrisórios, quando não concordavam eram ameaçados de morte, todos esses elementos são recordados pelo(a)s Pataxó.

Após a intensa exploração madeireira e forte especulação imobiliária, nos anos 1980 surgiu uma atividade econômica que com práticas semelhantes se espalhou pela região ganhando forte impulso na década de 1990, a produção de celulose a partir grandes plantações de monocultura de eucalipto. Estima-se que a área atualmente ocupada pela monocultura do eucalipto esteja em quase um milhão de hectares plantados⁶³.

Além de alterar o clima, fazendo com que diversas nascentes de água tenham secado, essas empresas vêm desrespeitando por vezes os limites impostos inclusive pela legislação ambiental, entendendo-se até o PND. Todos esses processos e projetos econômicos e ambientalistas, exigiram que o(a)s Pataxó se reorganizassem tanto do ponto de vista social como territorial.

Uma dessas tentativas de reorganização foi durante a década de 1980, quando o movimento da reforma agrária chegou a Cumuruxatiba, como aponta o laudo de identificação e delimitação da TI Comexatibá:

A participação dos índios Pataxó no Movimento da Reforma Agrária de Cumuruxatiba reflete uma estratégia de manutenção e/ou de recuperação de suas terras expropriadas nas décadas de 1950, 1960 e 1970 pelos grandes exploradores de madeira e areia monazítica e pelos criadores de gado. Entretanto, a maioria das famílias indígenas abandonaram os assentamentos, pois não se adaptaram ao módulo de distribuição de terra adotado pelo Incra, que limita o terreno a um loteamento, dificultando o acesso aos

⁶³ Para mais dados sobre o agronegócio da celulose no Extremo Sul da Bahia, ver Marcelo Duncan A. Guimarães, pesquisa de doutoramento- CPDA, 2009.

recursos naturais. Essa forma de ocupação não contempla a lógica da organização social dos Pataxó, rompe com corredores ecológicos naturais e com a cadeia alimentar, isolando as águas, critérios fundamentais da territorialidade para os Pataxó, conforme seus usos, costumes e tradições.⁶⁴

As concepções de terra (categoria fundiária) adotadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não dão conta da organização social do(a)s Pataxó, uma vez que o acesso aos recursos naturais é parte fundamental de sua reprodução física e cultural. Em meio à instabilidade e violação de seus direitos fundamentais, com as restrições ao uso do território para reprodução de seus modos de vida como assevera dona Zabelê em sua fala, expressando sua vontade de “botar roça”, de voltar pra “dento do mato”, foi que o(a)s Pataxó de Cumuruxatiba decidiram se aliar aos Pataxó do entorno do Monte Pascoal, aderindo a “Frente de Resistência e Luta Pataxó” no fim dos anos 1990, buscando junto ao Estado brasileiro o reconhecimento de suas terras tradicionalmente ocupadas. O movimento que pode ser compreendido na perspectiva da etnogênese⁶⁵.

Importante ressaltar que as retomadas estão fundamentadas na lógica tradicional de ocupação da região que reivindicam. Desse modo, é equivoco o termo “invasão” empregado comumente pelos órgãos ambientais do Estado como ICMBio e pelo(a)s não indígenas, fazendeiros e pousadeiros e INCRA que disputam com os Pataxó o seu território. Uma das primeiras retomadas feitas pelo grupo foi a Fazenda Boa Vista na Barra do Kaí, em 04 de abril de 2000. Em 2003 retomaram a área sobreposta pelo Parque Nacional do Descobrimento, onde estão situadas as aldeias Tibá, Kaí, Pequi, Gurita, Alegria Nova e Monte Dourado.

A responsabilidade sobre a demarcação de Terras Indígenas é da Fundação Nacional de Apoio ao Índio – FUNAI, que está vinculada ao Ministério da Justiça. São diversas etapas até a conclusão do processo, entre elas estão a Identificação da área reivindicada, a Contestação que oportuniza aos que não estão de acordo, propor a impugnação administrativa do processo, o prazo para contestar o relatório de identificação emitido pela FUNAI é de 90 dias. Após declaração oficial dos limites da área ocorre a demarcação física das terras, nesta etapa cabe ao INCRA reassentar o(a)s eventuais ocupantes não indígenas. Após a demarcação física, o processo é submetido à apreciação da presidência da República que deverá ratifica-lo e homologá-lo, seu último estágio. No entanto esse processo pode levar anos tramitando, no caso da TI Comexatibá ainda ocorre a sobreposição por outra área da União, o PND, desse modo os órgãos responsáveis

⁶⁴SOTTO-MAIOR, Leila Silva Burguer. *RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA COMEXATIBÁ*. Funai/DOU, 2015, p.3.

⁶⁵ BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. *As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político*. Maná, p.39-68, 2006.

pela área devem ser consultados ainda na fase de identificação, contudo, como já discutimos aqui o entendimento desses órgãos, de que a área deve ser desabitada têm dificultado o processo.

Já dura mais de uma década o empasse a respeito da demarcação da TI Comexatibá, o primeiro relatório foi publicado no final de 2005 denominado, “Estudos de Fundamentação Antropológica necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Comexatiba (Kay-Pequi)”, onde a antropóloga Leila Sotto-Maior concluiu pela demarcação de um território associado à população Pataxó do município de Prado, definido entre o Riacho das Ostras, ao sul e a aldeia Tawá, ao norte.

Nesta delimitação o relatório apontou a sobreposição do PND ao território indígena, os órgãos ambientais, à época IBAMA e depois o ICMBio contestaram esta delimitação, o que fez o processo ficar parado por cerca de 3 anos. Apenas em janeiro de 2013 que o ICMBio reconheceu a presença Pataxó na área, após novos estudos de campo que contou com a participação de analistas do Instituto. Antes os administradores do Parque agiam com truculência, exigiam as chaves das aldeias, quando não afirmavam que poderiam quebrá-las para vistorias surpresa na área.

O órgão ambiental impediu, principalmente, o acesso do(a)s indígena ao atendimento de políticas, por conta do embargo o(a)s Pataxó não puderam construir casas, escola ou posto de saúde de alvenaria, quando tentavam construir, ou empreender qualquer manejo que contribuísse no cultivo de suas roças, eram criminalizados, acusados de danos ambientais ao patrimônio natural da União, mas vale ressaltar que quando retomaram a área, grande parte dela estava devastada, devido as queimadas e exploração ilegal de madeira, o(a)s Pataxó realizaram desde 2003 um intenso trabalho de reflorestamento, isso é visivelmente comprovado se comparadas imagens do início dos anos 2000 e imagens recentes das aldeias, foram plantadas árvores frutíferas e outras utilizadas na confecção de artesanato, plantaram Pau Brasil, Tendo, Sombreiro, Matapasto, Tingui, Buri, Ouricuri dentre outras. Segundo seu Zé Fragoso (cacique da aldeia Tibá) “eles tentaram vencer a gente pelo sofrimento”, mas ele(a)s resistiram, uma vez que a justiça garantiu o direito de permanência até que fosse concluído o processo de identificação e delimitação da área.

Quase 10 anos após o primeiro relatório no fim de 2005, foi finalmente publicado no dia 27 de julho de 2015 o “Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Comexatiba”, o texto foi aprovado pelo presidente da FUNAI João Pedro Gonçalves da Costa, que reconheceu os estudos de identificação e delimitação do território, como ocupação tradicional do povo indígena Pataxó. O relatório concluiu que além das ocupações particulares, estão sobrepondo a TI 19,6% do

PND, 93,95% do Assentamento Fazenda Cumuruxatiba e 30,37% do Assentamento Fazenda Reunidas Corumbau.

FONTES CITADAS

BRASÍLIA, Decreto de 20 de abril de 1999. Cria o Parque Nacional do Descobrimento, no Município de Prado, no Estado da Bahia.

BRASÍLIA, Decreto de 05 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação e a ampliação do Parque Nacional do Descobrimento.

CARTA do Povo Pataxó às autoridades brasileiras. Aldeia de Monte Pascoal. Porto Seguro, 19 de agosto de 1999.

Convenção nº169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho. Brasília, OIT, 2011.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil. Acessado em http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/tratado.pdf.

Nimuendaju, Curt. *Mapa etno-histórico*. IBGE-RJ, 1981

Plano de Manejo – PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO. V.1, ICMBio, Brasília, 2014

Relatório do Projeto de Pesquisa Intercultural e Interinstitucional para o Desenvolvimento e Sistematização do conhecimento agroecológico com as Populações Tradicionais dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri nos estados de Minas Gerais e Bahia.

SOTTO-MAIOR, Leila Silva Burguer. *RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA COMEXATIBÁ*. Funai/DOU, 2015.

Relatório Circunstanciado de Identificação e delimitação. Terra Indígena Comexatibá. Processo: 08620.015274/2014-48

WEID-NEUWEID, Maximiliano, príncipe de. *Viagem ao Brasil, nos anos de 1815 a 1817*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a propagação do nacionalismo*. Lisboa, Edições 70, 2005.

BATISTA, Maria Geovanda. *Nos rizomas da alegria vamos todos Hãmiyá: as múltiplas relações entre o corpo e o território no imaginário sociocultural Pataxó*. Dissertação (Mestrado). UQAC/UNEB, Chicoutimi/Salvador, 2004.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. *As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político*. Maná, p.39-68, 2006.

BARBOSA, Márcia Fagundes. *Nação, um discurso simbólico da modernidade*. Critica Cultural (Critic), Palhoça, SC, v. 6, n.1, p.203-216, jan./jun. 2011.

BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. 1ed. EDUSP, São Paulo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, UNESP, 2004.

- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 5ª ed. Campinas, Papyrus, 1996.
- CARAVLHO, Maria do Rosário. *O MONTE PASCOAL, OS ÍNDIOS PATAXÓ E A LUTA PELO RECONHECIMENTO ÉTNICO*. Caderno CRH, Salvador, v.22, n.57, p.507-521, Set./Dez. 2009.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Introdução a uma história indígena*. In; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). "História dos índios no Brasil". 2 ed.. São Paulo: Cia das letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- DANTAS, Beatriz G., SAMPAIO, José Augusto L., CARVALHO, Maria do Rosário G. de. *Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico*. In; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). "História dos índios no Brasil". 2 ed.. São Paulo: Cia das letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- DIEGUES, Carlos e ARRUDA, Rinaldo S.V. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2001.
- DURKHEIM, Émile e MAUSS, Marcel - *De quelques formes primitives de classification*, in Mauss, Marcel, *Essais de Sociologie*, Paris: Éditions de Minuit, 1969, p.162-230.
- GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GIUCCI, Guilherme. *Sem fé, lei ou rei: Brasil 1500-1532 – Tradução de Carlos Nougué*. – Rio de Janeiro, Rocco, 1993.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Entre Árvores e Esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.
- LITTLE, Paul E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropológica, Brasília, 2002.
- RENAN, Ernest. *O que é uma Nação?*. Revista Plural, Sociologia USP, S.Paulo 4, 154-175, 1997.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *De como obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII*. Revista de História, São Paulo: USP, No 123-132, 1994.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Os Botocudos e sua trajetória histórica*. In; Manuela Carneiro da (org.). "História dos índios no Brasil". 2 ed.. São Paulo: Cia das letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992. _____ . *De como obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII*. Revista de História, São Paulo: USP, No 123-132, 1994.
- _____. *De Rio Grande de Belmonte a Jequitinhonha: a conquista dos territórios indígenas e a construção de um caminho para o comércio entre Bahia e Minas Gerais*. In: NEVES, Erivaldo Fagundes. (Org.). *Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. 1ed.Salvador: Arcádia, 2011, v. 1, p. 119-164.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. *Mana* [online]. 1998, vol.4, n.1, pp. 47-77, p. 50.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986.
- SOUZA, Elizabeth Salgado de. *A História Salgada: Imagem de índio. Palavra de europeu*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas, UNB. Brasília, 1995.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Tamires Santos Pereira: É graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB-2014), mestra em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB-2016). Atualmente está cursando o doutorado no Programa de Pós-graduação em História Social, da Faculdade de Formação de Professores (FFP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do **CEPITI** – Centro de Estudos e Pesquisas Interculturais e da Temática Indígena (UNEB) e da **Companhia das Índias** – Núcleo de História Ibérica e Colonial na Época Moderna da UFF.

Artigo recebido para publicação em: Abril de 2018.

Artigo aprovado para publicação em: Maio de 2018.